

RELATÓRIO DO V ENEH.

Nos dias 7, 8 e 9 de setembro, realizou-se em Brasília, o V ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA - ENEH - que contou com a participação de mais de 700 estudantes, vindos de toda parte do país.

Este V ENEH, conseguiu avanços políticos importantes em relação ao IV ENEH, na medida em que a partir dele, hoje temos propostas concretas para encaminhar o movimento estudantil de História a nível nacional, tanto no que diz respeito às lutas específicas do curso, como às mais gerais de todos os estudantes brasileiros.

As deliberações do V ENEH representam, também, uma firme disposição de luta no sentido de transformar a realidade de nosso curso, bem como, a realidade social em que vivemos. Assim, na análise de conjuntura nacional, uma ampla maioria dos estudantes presentes, concluiu por reafirmar o compromisso da UNE com a continuidade da luta por eleições diretas, aprovando a mesma resolução do último CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES DE BASE - CONEB - realizado nos dias 3, 4 e 5 de agosto último em Vitória da Conquista-Ba que posicionou-se pelo boicote ao Colégio Eleitoral; contra a candidatura única das oposições; diretas com amplas liberdades; desmantelamento de todos os órgãos de repressão política (SNI, DOI-CODIS, e etc...); anulação de todas as leis de exceção; liberdade de autonomia sindical; punição dos responsáveis por torturas, assassinatos e corrupção; rompimento com o acordo com o FMI; combate ao arrocho, ao desemprego e à carestia; pela reforma agrária radical; pelo fim do Regime Militar, aliando-se nesta luta, com a entidade representativa do Sindicalismo combativo - CUT - e outros setores populares, no sentido de construir a greve geral. Por todas as reivindicações já enumeradas.

Estas deliberações do V ENEH, representam, ^{Não} apenas, uma unidade de ação com a nossa entidade máxima - UNE - acatando suas deliberações, bem como uma derrota daqueles setores que hoje optam por uma política de conciliação que propõem que todos os operários, camponeses, estudantes, e outros trabalhadores explorados, perseguidos e torturados, se unam, agora, numa "aliança democrática" com seus exploradores e perseguidores como Armando Falcão, José Sarney, Ernesto Geisel e outros representantes da burguesia, para uma cruzada pacífica, inclusive via Colégio Eleitoral, contra a Ditadura Militar, como se esta, também, não fosse representante desta mesma burguesia.

O V ENEH, não deixou-se, pois, se confundir pelo sofisma de Maluf ou Tancredo, preferindo uma alternativa independente para o movimento operário e popular através de manifestações populares e da Greve Geral, que preparem o caminho da derubada da ditadura militar e burguesia.

PROFISSIONALIZAÇÃO

A Regulamentação Institucional das funções dos profissionais de História, tem sido objeto de discussão de pelo menos, tres ENEHs consecutivos, entretanto, pouco se tem concluído e encaminhado. A própria mobilidade dos estudantes nos encontros, assim como, a falta de uma articulação efetiva com a Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH - tem dificultado uma ação mais precisa e conjunta.

O V ENEH retomou formas de discussão em grupos dos ENEHs anteriores sobre o assunto, resgatando-se a princípio, que não se pode falar de profissionalização do Historiador, enquanto não se tenha claro o que é o Historiador, qual o seu papel, como está o seu mercado de trabalho, e mesmo, o porque da profissionalização. Como a maioria dos estudantes ao V ENEH, participava pela primeira vez de um encontro nacional, não se poderia pretender que esta discussão fosse definitiva, entretanto, sobre os pontos de pauta, os grupos chegaram a conclusões muito semelhantes: primeiro, devemos lutar para que a diferenciação existente hoje, mesmo a nível curricular entre Licenciatura e Bacharelado, seja extinta, pois, não podemos conceber a pesquisa e a produção de História dissociadas do ato da educação ou vice-versa.

Segundo o papel do profissional de História, é eminentemente político, na medida em que a pesquisa e a produção, isto é, o ato de fazer História, só tem sentido quando intervêm na realidade para transformá-la. Caso contrário, será mero exercício de erudição. Portanto, a opção de ser profissional de História é, antes de tudo, uma opção política. Que valor possui um conhecimento que nada pode acrescentar à realidade em que é produzido?

Terceiro, que devemos lutar para que as funções do profissional de História, sejam respeitadas e reconhecidas, pois, nosso campo e o mercado de trabalho vem sendo ocupados por profissionais de outras áreas que em sua maioria desconhecem o significado da História, além, das consequências econômicas, não desprezíveis, para aqueles que optaram por fazer História. O reconhecimento do Historiador necessita, sem dúvida, da regulamentação institucional de suas funções. Assim, todos os grupos chegaram ^{a conclusão} de que a profissionalização é necessária, mas, que enquanto estudantes e profissionais, ainda não temos um projeto próprio, e os estudos existentes são ainda insuficientes. Assim, os estudantes devem procurar em suas escolas discutir conjuntamente com as representações regionais da ANPUH, a fim de que qualquer trabalho que venha a ser concluído, possa ser encaminhado de forma unificada.

Quanto ao projeto-de-Lei do Deputado José Carlos da Fonseca-PDS/ES, constatando-se uma necessidade de uma discussão mais aprofundada, já que a maioria de estudantes e professores de todo o país o desconhecem ou tem dele uma leitura superficial, e das discussões que se fizeram sobre ele, houve unanimidade no reconhecimento de que não satisfaz os interesses dos profissionais de História, na medida em que não precisa o que o Historiador é, seu papel e suas funções, pelo que conclui-se que o referido projeto deve ser sustado em sua tramitação pelo Congresso Nacional, até que estudantes e profissionais interessados, possam dar seu parecer definitivo sobre a questão. Para isto, tirou-se o encaminhamento de que os estudantes e profissionais de cada ESTADO dirijam-se às Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas solicitando; aos parlamentares que intervenham no sentido de sustar a tramitação do referido projeto.

CURRÍCULO

Face à própria concepção de que se tem hoje de História, ficou evidente nas avaliações de nosso currículo nacional, que nem possuímos/um currículo unificado, nem a diversidade dos currículos existentes satisfaz a necessidade de uma produção historiográfica tanto universal, como voltada para as próprias regiões onde se pretende formar profissionais de História capazes de intervir no contexto em que vivem.

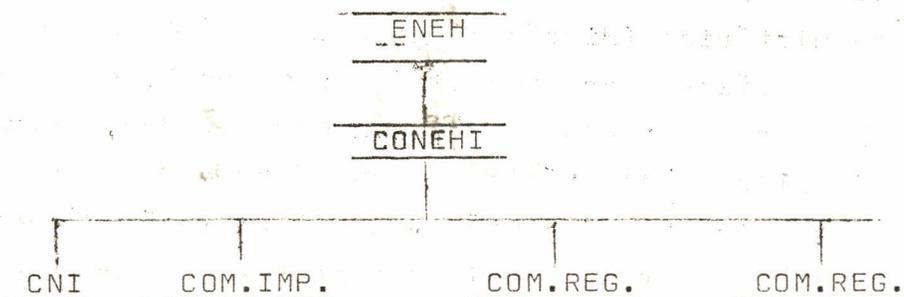
Ficou evidente, também, que o estudo de História baseado em cortes no processo Histórico (História Antiga, História Medieval, ...) acarreta vários prejuízos para uma visão processual, na medida em que na maioria dos casos os programas não são completados, deixando grande lacuna que inviabiliza, na prática, o encadeamento do estudo do movimento Histórico e suas transformações. A reformulação do currículo de História, é uma luta de ordem do dia dos profissionais e estudantes de História. Cabe aos estudantes, a tarefa urgente de encaminharem a luta por um novo currículo em suas escolas. Neste sentido, novas experiências já estão sendo feitas com a aplicação de currículos baseados nos modos de produção (Comunidades primitivas, Modos de produção escravista, Modos de produção Tributário, ...) o que permite, inclusive, o uso de um instrumental teórico que põe em cheque a neutralidade do saber Histórico. Outra luta que está entre as prioritárias, é fazer com que as disciplinas do básico sirvam, de fato, para o embasamento que necessita o estudante de História.

PLANIFICAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

Hoje, a maioria dos estudantes de História, tem claro que o objetivo da criação dos cursos de Estudos Sociais, no bojo do Projeto Natanael, visou acabar, exclusivamente, com os cursos de Geografia e História desvirtuando, inclusive, o papel do profissional de Geografia e História, ao diluir e restringir a formação destes profissionais por razões Políticas óbvias. Conscientes, também, destes objetivos, a maioria dos estudantes de Estudos Sociais, mostrou desejo de que estes cursos sejam extintos e substituídos por cursos de História e Geografia, pelos quais poderão optar livremente. Assim, devemos, não apenas lutar de forma unificada pelo fim dos cursos de Estudos Sociais nas escolas onde foram implantados, como, contra a implantação de novos cursos.

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA.

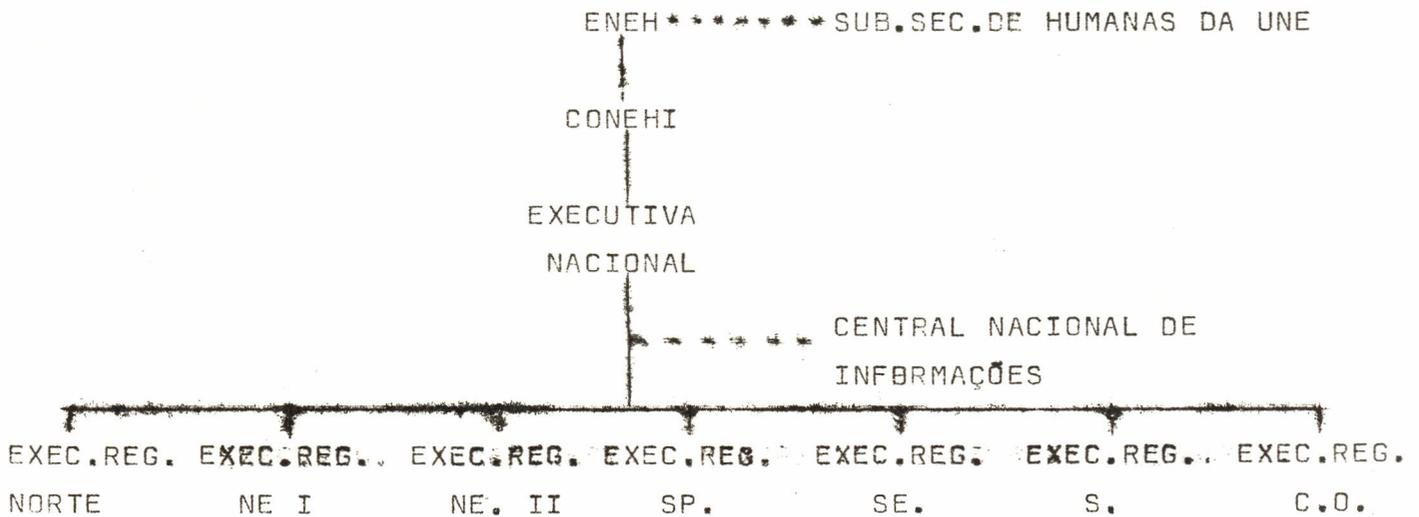
No IV ENEH, Setembro de 83, após uma avaliação equivocada, que identificava os problemas do movimento estudantil de História com a estrutura e sua organização, deliberou-se pela extinção da Executiva Nacional e das Executivas Regionais, que sob o pretexto de serem burocráticas, foram substituídas por comissões regionais e por uma Central Nacional de Informações e por uma Comissão de Imprensa:



Neste V ENEH, constatamos que da estrutura proposta pelo IV ENEH nada havia funcionado, além da Central de Informações, em Brasília, com graves prejuízos para os encaminhamentos de nossas lutas e para o próprio movimento estudantil em História que se desarticulou ainda mais por falta de direção.

Felizmente, saímos deste V ENEH resgatando a estrutura construída em anos de muita luta e, que mesmo não sendo perfeita, conseguiu muitas vitórias para o movimento. Temos, hoje, uma Executiva Nacional, constituída de todas as Executivas Regionais, com sede no local do próximo Encontro Nacional; Executivas Regionais, em número de 7, com

às respectivas sedes nos locais que sediarão os encontros regionais..A Executiva Regional Norte, por exemplo, tem sua sede na Universidade Federal do Pará, provisoriamente. Permaneceu da estrutura anterior a Central Nacional de Informações, em Brasília, Assim, temos:



O próximo Encontro Nacional será realizado em Olinda-PE, com data indicativa para os dias 01, 02 e 03 de julho de 85.

A pauta do Encontro será definida na Reunião da Executiva Nacional 03 dias antes do Congresso da UNE.

A participação continua com cada estudante tendo direito à Voz e à Voto. Esperamos, desde já, contar com a participação dos colegas, nas Comissões de Finanças e de Divulgação e discussão, a fim de que possamos levar o maior número de estudantes possível da Universidade Federal do Pará à Olinda.

Para maiores informações, procure os membros da Diretoria do Centro Acadêmico e compareça à Assembléia de História, na terça-feira, dia 18-09-84, às 18:00hs, no Pav. Cb.

(C A H I S)
CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA
UFPa.

ELIAS DE PAULA DE ARAÚJO.

Belém, 17 de setembro de 1984